

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Palavra da Diretoria

O ano de 2018 envolveu a superação de grandes desafios. Apesar do período marcado por adversidades nos cenários macroeconômico e político, a movimentação de cargas cresceu, registrando novo recorde anual de 133,2 milhões de toneladas, ao superar em 2,5% o resultado de 2017.

Seguimos firmes no objetivo de nos mantermos como uma empresa eficiente no setor portuário e comprometida com o crescimento sustentável. Para isso, a área de Engenharia trabalhou no propósito de manter e ampliar a infraestrutura do Porto de Santos, com destaque para as obras no sistema viário entre o canal 4 e a Ponta da Praia e para as intervenções no sistema ferroviário interno. Vale mencionar os serviços de dragagem para manutenção das profundidades do canal de navegação e berços de atracação que, aliados a novas tecnologias, permitiram manter o calado operacional em 13,50 metros, viabilizando a vinda de navios de maior porte ao complexo portuário santista.

Tivemos realizações importantes também no que se refere às nossas operações logísticas, com destaque para a consolidação do Sistema Portlog, que assegurou o escoamento da safra 2017/2018, sem transtornos, por meio do agendamento da chegada de caminhões ao Porto.

Continuamos avançando na área de Tecnologia da Informação, instituindo o Comitê Gestor de TI, objetivando o direcionamento tático e estratégico tecnológico da empresa, bem como garantir a aplicação de boas práticas de governança nesse setor.

Investimos em tecnologia para tornar nossos procedimentos mais rápidos, seguros e eficientes. Encontram-se em andamento vários projetos na área de TI, destacando-se a reestruturação de uma rede administrativa de dados, com a instalação de novas fibras ópticas interligando edifícios administrativos da Companhia e a implantação do sistema de Gerenciamento Eletrônico de Documentos (GED), conhecido como Docas Digital, que possibilita a eliminação do papel nos trâmites administrativos da Codesp.

Reforçamos nossas ações de governança o que nos permitiu alcançar, no 1º semestre, a certificação de Nível 1 do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão do Governo Federal, pela participação no Índice de Gestão das Empresas Estatais. Essa atuação foi intensificada com a criação da Gerência de Compliance (Gecop) e com processos de gestão de riscos e de controles internos que aperfeiçoarão nossos procedimentos em relação a aspectos importantes para a governança da empresa. Destacam-se a elaboração de uma política de gerenciamento de riscos e a Carta de Serviços ao Cidadão, que informa a sociedade sobre o rol de serviços prestados, aprimorando a qualidade do atendimento.

Com relação à Operação Tritão, deflagrada pela Polícia Federal, a Diretoria que permaneceu à frente da empresa nos

meses de novembro e dezembro, consciente de sua responsabilidade no curto período em que atuou, enviou esforços na implementação das boas práticas administrativas e na adequação de importantes contratações a serem realizadas pela empresa, seja mediante saneamento de processos, com as devidas apurações de responsabilidade, ou de atos administrativos que promovam os princípios da administração pública, sobretudo a eficiência.

Outro tema que avançamos envolve duas de nossas maiores prioridades: a sustentabilidade ambiental e a segurança das pessoas. Nosso compromisso com o crescimento sustentável foi expresso em iniciativas ambientais que tiveram como foco o cumprimento das condicionantes previstas na Licença de Operação, emitida pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), no processo de regularização ambiental do Porto de Santos. Visando maior segurança nas atividades portuárias, os integrantes do Plano de Ajuda Mútua (PAM), juntamente com o Corpo de Bombeiros, conheceram os acessos aos terminais, suas rotas de fuga e estrutura para combater incêndios, visando aprimorar e agilizar o atendimento a emergências.

Dedicamos, também, atenção à capacitação de nossos profissionais e ao desenvolvimento de novas lideranças, elementos-chave na construção da empresa que queremos, totalizando 56 mil horas de treinamentos.

Com o desempenho do movimento de cargas em 2018 e a implementação das ações acima descritas poderíamos ter atingido um resultado financeiro superavitário em torno de R\$ 50,0 milhões. Entretanto, apresentamos um déficit de R\$ 468,4 milhões, devido, basicamente, à apropriação da provisão de créditos de liquidação duvidosa da ordem de R\$ 793,5 milhões, relativos ao Grupo Libra, que gerou uma compensação de R\$ 268,5 milhões com Imposto de Renda - Pessoa Jurídica (IRPJ) e de Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), como consequência do pedido de recuperação judicial daquela empresa, anunciado em julho.

Temos grandes desafios a enfrentar e para atingir nossos objetivos vamos concentrar nossa atenção em iniciativas que aperfeiçoem nossos colaboradores e manter o foco nas estratégias de aprimoramento de nossos processos e em ganhos de eficiência, visando crescimento futuro e a consolidação de uma cultura de alto desempenho. Para vencer esses desafios, temos a certeza de continuar contando com o costumeiro apoio dos nossos Órgãos Colegiados, nossos colaboradores, Governo Federal, clientes e a sociedade.

Obs.: A íntegra do Relatório de Administração, encontra-se disponível na homepage da Codesp no endereço: <http://www.portodesantos.com.br/acesso-a-informacao/institucional/relatorio-anual-e-demonstracoes-contabeis/>

BALANÇO PATRIMONIAL DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017
(em milhares de reais)

ATIVO	Nota	2018	2017	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota	2018	2017
Circulante		345.422	199.210	Circulante		441.142	353.387
Caixa e equivalentes de caixa	5	206.441	108.959	Salários, provisão e encargos sociais	15	57.934	52.994
Valores vinculados à aplicação em infraestrutura	6	12.756	13.893	Fornecedores e prestadores de serviços	16	19.557	38.874
Contas a receber de clientes, líquidas	7	61.994	56.147	Impostos e contribuições	18	25.429	19.736
Estoques		531	574	Juros sobre capital próprio a pagar	19	-	1.500
Créditos tributários	8	49.530	3.893	Plano de pensão	17	2.543	13.339
Despesas antecipadas		-	51	Obras efetuadas por arrendatários	19	17.192	15.477
Outros créditos	23	14.170	15.693	Provisão para riscos trabalhistas, cíveis e tributários	17	285.329	170.400
				Parcelamento processos trabalhistas, cíveis e tributários	24	16.561	26.494
				Outras obrigações		16.597	14.573
Não Circulante		2.432.693	2.978.514	Não Circulante		1.387.299	1.405.495
Realizável a Longo Prazo		698.832	1.209.005	Parcelamento processos trabalhistas, cíveis e tributários		300	13.061
Contas a receber de clientes, líquidas	7	46.125	832.873	Provisão para riscos trabalhistas, cíveis e tributários ..	17	103.998	161.634
Partes relacionadas	9	8.705	4.582	Receita diferida	21	337.686	360.808
Depósitos judiciais	11	131.695	89.079	Obras efetuadas por arrendatários	19	114.162	117.985
Bens destinados à alienação	10	342	246	Créditos da União para aumento de capital	20	791.715	719.614
Imposto de renda e contribuição social diferidos	31.1	489.141	270.616	Outras obrigações	24	39.438	32.393
Outros créditos	23	22.824	11.609				
				Patrimônio Líquido		949.674	1.418.842
Imobilizado	12	1.723.282	1.754.724	Capital social	22	1.414.100	1.414.100
Intangível	13	10.579	14.785	Prejuízos acumulados		(464.426)	-
				Reservas de lucros		-	4.742
TOTAL DO ATIVO		2.778.115	3.177.724	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		2.778.115	3.177.724

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 e 2017
(em milhares de reais, exceto o lucro (prejuízo) por lote de mil ações)

	Nota	2018	2017
Receita líquida	25	893.425	848.608
Custo dos produtos e dos serviços prestados	26	(440.059)	(517.957)
Lucro bruto		453.366	330.651
Outras receitas (despesas) operacionais		(1.104.009)	(255.755)
Despesas administrativas e gerais	27	(236.258)	(378.059)
Outras receitas operacionais	29	366.568	136.678
Outras despesas operacionais	30	(1.234.319)	(14.374)
Lucro (prejuízo) operacional antes do resultado financeiro		(650.643)	74.895
Resultado financeiro		(36.607)	(35.220)
Receitas financeiras	28	27.185	27.626
Despesas financeiras	28	(63.792)	(62.846)
Lucro (prejuízo) operacional		(687.250)	39.676
Imposto de renda e Contribuição Social	31	218.525	5.132
Corrente		-	-
Diferido		218.525	5.132
Lucro antes da participação dos empregados		(468.725)	44.807
Participação dos empregados no lucro	32	-	(375)
Lucro (Prejuízo) do exercício		(468.725)	44.432
LUCRO (PREJUÍZO) POR LOTE DE MIL AÇÕES		(1,71)	0,16

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017
(em milhares de reais)

	RESERVAS DE LUCROS			LUCROS (PREJUÍZOS) ACUMULADOS	TOTAIS
	CAPITAL SOCIAL	RESERVA LEGAL	RETENÇÃO DE LUCROS		
SALDOS EM 31/12/2016	1.414.100	-	-	(38.190)	1.375.910
Resultado do exercício	-	-	-	44.432	44.432
Destinação do lucro líquido do exercício:					
Reserva legal	-	312	-	(312)	-
Reserva de retenção de lucros	-	-	4.430	(4.430)	-
Juros sobre capital próprio	-	-	-	(1.500)	(1.500)
SALDOS EM 31/12/2017	1.414.100	312	4.430	-	1.418.842
Resgate de ações minoritários privados	-	-	(443)	-	(443)
Resultado do exercício	-	-	-	(468.725)	(468.725)
Compensação do Prejuízo	-	(312)	(3.987)	4.299	-
SALDOS EM 31/12/2018	1.414.100	-	-	(464.426)	949.674

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017
(em milhares de reais)

	2018	2017
Fluxos de caixa originados de atividades operacionais		
Valores recebidos de clientes	991.911	897.749
Valores pagos a fornecedores e prestadores de serviços	(230.987)	(309.967)
Valores pagos a empregados, inclusive benefícios	(272.125)	(286.895)
Valores pagos de encargos sociais	(78.117)	(93.531)
Valores pagos de contingências	(113.017)	(118.218)
Valores pagos de tributos, exceto IR e CSLL	(112.439)	(75.071)
Valores pagos de Imposto de renda e contribuição Social	(40.775)	-
Valores pagos de juros	(5.360)	(4.992)
Outros recebimentos (pagamentos) líquidos	(26.152)	(14.805)
Disponibilidades líquidas geradas pelas (aplicadas nas) atividades operacionais	112.939	(5.730)
Fluxos de caixa originados de atividades de investimentos		
Aquisição de imobilizado	(43.352)	(95.925)
Aquisição de intangível	(303)	(5.998)
Alienação de imobilizado	2.296	2.370
Disponibilidades líquidas geradas pelas (aplicadas nas) atividades de investimentos	(41.359)	(99.553)
Fluxos de caixa originados de atividades de financiamentos		
Recursos de acionistas	27.402	78.281
Juros sobre capital próprio pagos	(1.500)	-
Disponibilidades líquidas geradas pelas (aplicadas nas) atividades de financiamentos	25.902	78.281
Aumento (redução) nas disponibilidades	97.482	(27.002)
Saldo inicial de caixa e equivalentes	108.959	135.961
Saldo final de caixa e equivalentes	206.441	108.959
Aumento (diminuição) de caixa e equivalentes	97.482	(27.002)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017
(em milhares de reais)

	2018	2017
Receitas (Despesas)	1.370.830	1.020.027
Vendas de mercadorias, produtos e serviços	649.507	644.966
Arrendamentos operacionais e alugueis	377.022	382.447
Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa	354.487	(4.870)
Ganho (perda) em alienação de ativos imobilizados	(10.186)	(2.516)
Insumos adquiridos de terceiros	(1.431.021)	(456.170)
Materiais, água, energia, serviços de terceiros	(222.113)	(293.373)
Outros custos	(1.208.908)	(162.797)
Valor adicionado bruto produzido pela entidade	(60.191)	563.857
Depreciação e amortização	(44.399)	(43.884)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade	(104.590)	519.973
Valor adicionado recebido em transferência	27.186	27.626
Receitas financeiras	27.186	27.626
Valor adicionado a distribuir	(77.404)	547.599
Distribuição do valor adicionado	(77.404)	547.599
Pessoal	362.772	276.366
Remuneração direta	224.721	238.600
Benefícios	30.869	32.994
Benefícios pós-emprego	28.199	27.917
Participação no lucro	-	375
FGTS	17.530	18.145
Provisões, despesas legais e judiciais trabalhistas	59.161	(44.477)
Honorários da diretoria	2.292	2.812
Tributos	(46.865)	152.019
Federais	135.671	133.681
IRPJ e CSLL diferidos	(218.525)	(5.131)
Estaduais	7.991	6.903
Municipais	27.998	16.566
Remuneração de capitais de terceiros	75.414	74.782
Despesas financeiras	63.792	62.846
Alugueis	11.622	11.936
Remuneração de capitais próprios	(468.725)	44.432
Juros sobre capital próprio propostos	-	1.500
Lucros retidos / prejuízo do exercício	(468.725)	42.932

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

O valor adicionado a distribuir foi impactado pela contabilização da perda definitiva dos clientes decorrente de concessão de recuperação judicial para empresa arrendatária conforme Nota explicativa nº 7.

BALANÇO SOCIAL
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017
(em milhares de reais)

	2018			2017		
1 - Base de cálculo						
Receita líquida (RL)			893.425			848.608
Resultado operacional (RO)			(687.250)			39.675
Folha de pagamento bruta (FPB)			224.721			227.486
2 - Indicadores sociais internos						
Alimentação	15.193	% sobre FPB	1,70%	Valor	% sobre FPE	% sobre RL
Encargos sociais compulsórios	77.439	34,46%	8,67%	16.309	7,17%	1,92%
Previdência privada	17.234	7,67%	1,93%	84.121	36,98%	9,91%
Saúde	15.460	6,88%	1,73%	17.574	7,73%	2,07%
Segurança e medicina no trabalho	109	0,05%	0,01%	14.027	6,17%	1,65%
Capacitação e desenvolvimento profissional	355	0,16%	0,04%	177	0,08%	0,02%
Creches ou auxílio - creche	114	0,05%	0,01%	475	0,21%	0,06%
Participação nos lucros/resultados	-	0,00%	0,00%	108	0,05%	0,01%
Transporte	849	0,38%	0,10%	-	0,00%	0,00%
Bolsa/estágio	1.830	0,81%	0,20%	1.021	0,45%	0,12%
Outros	2.932	1,30%	0,33%	1.812	0,80%	0,21%
Total - Indicadores sociais internos	131.515	58,52%	14,72%	137.374	60,39%	16,19%
3 - Indicadores sociais externos						
Cultura	414	-0,06%	0,05%	Valor	% sobre RO	% sobre RL
Esporte	38	-0,01%	0,00%	150	0,38%	0,02%
Outros	255	-0,04%	0,03%	38	0,10%	0,00%
Total das contribuições para a sociedade	707	-0,10%	0,08%	-	0,00%	0,00%
Tributos (excluídos encargos sociais)	131.353	-19,10%	14,70%	188	0,47%	0,02%
Total - Indicadores sociais externos	132.060	-19,22%	14,78%	103.976	262,08%	12,25%
4 - Indicadores ambientais						
Investimentos relacionados com a produção/operação da empresa	Valor	% sobre RO	% sobre RL	Valor	% sobre RO	% sobre RL
Investimentos em programas e/ou projetos externos	880	-0,13%	0,10%	842	2,12%	0,10%
Total de investimentos em meio ambiente	880	-0,13%	0,10%	842	2,12%	0,10%
Quanto ao estabelecimento de metas anuais para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/operação e utilização de recursos naturais, a empresa	(x) não possui metas	() cumpre 51% a 75%	() cumpre 51% a 75%	(x) não possui metas	() cumpre 51% a 75%	() cumpre 51% a 75%
	() cumpre de 0 a 50%	() cumpre 76% a 100%	() cumpre 76% a 100%	() cumpre de 0 a 50%	() cumpre 76% a 100%	() cumpre 76% a 100%
5 - Indicadores do corpo funcional						
Nº de empregados(as) ao final do período	1351			1402		
Nº de admissões durante o período	18			19		
Nº de empregados(as) terceirizados(as)	828			974		
Nº de estagiários(as)	131			103		
Nº de empregados(as) acima de 45 anos	744			775		
Nº de mulheres que trabalham na empresa	173			176		
% de cargos de chefia ocupados por mulheres	17,00%			5,45%		
Nº de negros(as), pardos(as) que trabalham na empresa	340			323		
% de cargos de chefia ocupados por negros(as)	17,45%			7,27%		
Nº de portadores de deficiência/necessidades especiais	2			10		
6 - Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial						
Relação entre a maior e a menor remuneração		2018		Metas 2019		
		28,77		-		
Número total de acidentes de trabalho		11		-		
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por	() direção	(x) direção e gerências	() todos(as) empregados(as)	() direção	() direção e gerências	(x) todos(as) empregados(as)
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por	() direção e gerências	() todos(as) empregados(as)	(x) todos(as) empregados(as)	() direção e gerências	() todos(as) empregados(as)	(x) todos(as) empregados(as)
Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e a representação interna	(x) não se envolve	() segue as normas da OIT	() incentiva e segue a OIT	(x) não se envolve	() seguirá as normas da OIT	() incentivar e segue a OIT
A previdência privada contempla	() direção	() direção e gerências	(x) todos(as) empregados(as)	() direção	() direção e gerências	(x) todos(as) empregados(as)
A participação nos lucros ou resultados contempla	() direção	() direção e gerências	(x) todos(as) empregados(as)	() direção	() direção e gerências	(x) todos(as) empregados(as)
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social/ambiental adotados pela empresa	(x) não são considerados	() são sugeridos	() são exigidos	() não serão considerados	() serão sugeridos	(x) serão exigidos
Quanto à participação de empregados(as) em programas de trabalho voluntário, a empresa	() não se envolve	(x) apóia	() organiza e incentiva	() não se envolverá	(x) apoiará	() organizar e incentivar
Número total de reclamações e críticas de consumidores(as)	Na empresa	No Procon	Na justiça	Na empresa	No Procon	Na justiça
% de reclamações e críticas solucionadas	35	-	-	-	-	-
	100,00%	-	-	-	-	-

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017
em milhares de reais, exceto pela nota nº 33

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia é uma empresa pública, de capital autorizado, vinculada ao Ministério da Infraestrutura, tendo como objeto social a administração e exploração comercial do Porto Organizado de Santos e demais instalações portuárias do Estado de São Paulo, já incorporadas ou que vierem a sê-lo, bem como, por solicitação do Governo Federal, das vias navegáveis interiores e portos de outros Estados, mediante convênio. Em 29/12/2016, foi assinado o Convênio 001/2016, com vigência de 5 (cinco) anos a partir da data de sua assinatura, para o Porto de Santos administrar o Terminal Pesqueiro de Laguna-SC.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária e os Pronunciamentos Contábeis (CPC), como o CPC 46 entre outros, aplicáveis ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, exceto pelo disposto na Nota Explicativa nº 4.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS:

Base de preparação: A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de estimativas contábeis e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação de políticas contábeis.

Auração do resultado: O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil da competência.

Moeda funcional e moeda de apresentação: As demonstrações financeiras são apresentadas em Real (R\$), que é a moeda funcional da sociedade e de apresentação.

Instrumentos financeiros: a classificação da categoria dos instrumentos financeiros depende da finalidade para a qual foram adquiridos ou contratados e é determinada no reconhecimento inicial dos instrumentos financeiros:

Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

São ativos financeiros mantidos para negociação e são frequentemente negociados. Esses ativos são mensurados ao valor justo na data das demonstrações contábeis, sendo as variações reconhecidas no resultado.

Ativos financeiros mantidos até o vencimento

Compreendem investimentos em determinados ativos financeiros classificados no momento inicial da contratação, para os quais a Administração tem intenção e capacidade financeira de mantê-los até a data de vencimento.

Ativos financeiros disponíveis para venda

São aqueles ativos para os quais a Administração não tem a intenção de mantê-los até o vencimento, nem foram adquiridos com o objetivo de serem frequentemente negociados. São ajustados pelo valor de mercado, sendo esses ajustes lançados no patrimônio líquido na rubrica "Ajustes de Avaliação Patrimonial".

Empréstimos e recebíveis

São incluídos nessa classificação os ativos financeiros não derivativos com recebimentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São registrados no ativo circulante, exceto, nos casos aplicáveis, aqueles com prazo de vencimento superior a doze meses após a data do balanço, os quais são classificados como ativo não circulante.

Contas a receber: Os valores faturados estão avaliados pelo valor da tarifa na data da prestação do serviço.

Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa: Uma provisão para redução do valor recuperável é estabelecida quando há evidência objetiva de que a Companhia não irá arrecadar todos os valores devidos de acordo com os termos originais. É constituída, também, considerando parecer dos advogados da empresa nos valores que envolvam análise dos processos judiciais e seguindo as normas contidas no CPC-48 (verificar Nota Explicativa nº 7).

Estoques: materiais utilizados para consumo nas atividades da empresa calculados pelo custo médio de aquisição, não excedendo o custo de reposição.

Imobilizado: O imobilizado está demonstrado pelo valor de aquisição e/ou construção, deduzido da depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear, sendo utilizados 90% da taxa prevista para a expectativa de vida útil do bem.

Empréstimos e financiamentos: reconhecidos pelo valor justo, no momento dos recebimentos dos recursos, líquidos dos custos de transação nos casos aplicáveis e acrescidos de encargos, juros e variações monetárias e cambiais conforme previsto contratualmente, incorridos até a data das demonstrações contábeis.

Férias: As férias e seus respectivos encargos sociais foram calculados em função dos direitos adquiridos até a data do balanço.

Passivo circulante e não circulante: Demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias e cambiais incorridas até a data da elaboração das demonstrações contábeis.

Arrendamentos: A empresa possui em vigência diversos contratos de arrendamento nos quais os arrendatários efetuam pagamento à Autoridade Portuária em parcelas mensais e trimestrais do aluguel pela exploração da área durante a vigência do contrato. Existe também a cobrança por serviços específicos prestados pela CODESP, cujos valores são determinados em conformidade com as tabelas tarifárias e os serviços utilizados por cada arrendatário. Os contratos possuem, também, cláusula de movimentação mínima contratual (MMC), que é estabelecida tendo como parâmetro a logística de cada terminal. Os valores recebidos antecipadamente são reconhecidos à receita, em bases lineares, pela fruição do prazo de vigência do contrato.

Provisões para contingências: Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se houver uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.

O reconhecimento, a mensuração e divulgação das provisões para contingências passivas são efetuados de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 25 – "Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes". As contingências são classificadas entre (i) prováveis, para as quais são constituídas provisões; (ii) possíveis, que somente são divulgadas sem que sejam provisionadas; e (iii) remotas, que não requerem provisão nem divulgação. O detalhamento dos valores está demonstrado na nota explicativa nº 17.

Imposto de Renda e contribuição social - corrente e diferido

Impostos correntes: A provisão para imposto de renda e contribuição social foi efetuada com base no lucro tributável do exercício. O valor do imposto de renda foi constituído com base na alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro anual excedente a R\$ 240. O valor da contribuição social foi calculado à alíquota de 9% do lucro tributável para aquela contribuição.

Impostos diferidos: São calculados e registrados com base nas alíquotas efetivas vigentes na data de elaboração das demonstrações financeiras, de acordo com o regime de competência, em sua totalidade sobre as diferenças entre os ativos e passivos reconhecidos para fins fiscais e os correspondentes valores reconhecidos nas demonstrações contábeis. O imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos somente quando seja provável que existirá base tributável para utilização das diferenças temporárias e prejuízos fiscais. A constituição do imposto de renda diferido esta em conformidade com o disposto no CPC 32 e o detalhamento está demonstrado na nota explicativa nº 31.1.

Receitas e despesas financeiras: As receitas financeiras são contabilizadas pelo regime de competência e representam os juros efetivos auferidos sobre o contas a receber liquidados após o vencimento e os ganhos com aplicações financeiras. As despesas financeiras representam os juros efetivos incorridos com empréstimos ou outras transações financeiras.

Uso de estimativas: A elaboração das demonstrações contábeis requer que a Administração use estimativas e premissas que afetam os montantes apresentados de ativos e passivos, assim como os valores de receitas, custos e despesas. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem o valor residual do ativo imobilizado, perdas estimadas

com créditos de liquidação duvidosa e provisão para riscos tributários, trabalhistas e cíveis. A liquidação poderá resultar em valores diferentes dos estimados, considerando as imprecisões decorrentes dos procedimentos de sua determinação.

Demonstração do valor adicionado: tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações contábeis e como informação suplementar às demonstrações contábeis.

A demonstração do valor adicionado foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações contábeis e conforme disposições contidas no CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em sua primeira parte apresenta a riqueza criada pela Sociedade, representada pelas receitas (receita bruta de vendas, as outras receitas e os efeitos da provisão de créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, inclusive os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos da depreciação e amortização) e pelo valor adicionado recebido de terceiros (receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da demonstração apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

4. ADEQUAÇÃO ÀS NORMAS INTERNACIONAIS DE CONTABILIDADE

Com o advento das Leis nºs 11.638/07 e 11.941/09 e os pronunciamentos do Conselho Federal de Contabilidade, por obrigatoriedade, devem ser implementadas as adequações de acordo com as normas internacionais de contabilidade, observando os dispositivos aplicáveis através dos pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

Os registros contábeis não atendem ao disposto conforme abaixo:

CPC 04 e CPC 27 – O estudo para revisão da vida útil e recuperabilidade dos bens integrantes destes ativos, não foi concluído até a data de encerramento das demonstrações financeiras, porém, estão previstos para ocorrerem no menor período de tempo possível.

CPC 33 – Benefícios a empregados: A empresa é patrocinadora de plano de pensão multipatrocinado de benefício definido. Considerando os fatos e eventos em controvérsia existentes entre as partes e as discrepâncias de valores e de critérios utilizados para apuração dos dados apresentados pelas consultorias contratadas pelas partes, o valor do déficit atuarial declarado pelo PORTUS não está quantificado integralmente nas demonstrações financeiras (verificar Nota Explicativa nº 18).

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

a) Caixa e equivalentes de caixa

	2018	2017
Caixa e bancos	10.945	7.297
Aplicações financeiras	195.496	101.662
Total	206.441	108.959

b) Natureza das aplicações financeiras

As aplicações financeiras estão substancialmente representadas por cotas em fundo de investimento de renda fixa. Na elaboração do fluxo de caixa, essas aplicações foram consideradas como equivalentes de caixa por possuírem liquidez imediata e por estarem sujeitas a um risco insignificante de mudança de valor, que são registradas pelos valores de custo, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço, não excedendo seu valor de mercado/realização.

	2018	2017	Rentabilidade
Fundo de renda fixa - BB	37.470	22.306	108,89% do CDI
Fundo de Renda fixa – CEF	158.026	79.356	107,62% do CDI
Total	195.496	101.662	

6. VALORES VINCULADOS À APLICAÇÃO EM INFRAESTRUTURA

O Governo Federal através do Sistema Integrado de Administração Financeira – SIAFI remete valores previstos no orçamento de investimentos da CODESP, cuja contrapartida é efetuada em créditos da União para aumento de capital. A nota explicativa nº 20 complementa a informação em relação aos valores recebidos em 2018.

Embora as aplicações possuam liquidez imediata, os recursos são utilizados estritamente para pagamento de obras ou aquisições previstas nas ações do orçamento de investimento com recursos do tesouro nacional, dessa forma estão informados como valores vinculados à aplicação em obras de infraestrutura e não integram as disponibilidades no fluxo de caixa.

Por vezes, a CODESP é obrigada a cumprir compromissos referentes à aplicação em infraestrutura sem o devido recebimento deste valor por parte da União. Referente ao exposto anteriormente, em 31/12/2018 à empresa é credora do valor de R\$ 35 (R\$ 41 em 31/12/2017).

7. CONTAS A RECEBER, LÍQUIDAS

	2018	2017
Valores a receber de serviços prestados	138.269	1.280.735
(-) Perdas estimadas c/ créditos liquidação duvidosa	(30.150)	(391.715)
Total	108.119	889.020
Circulante	61.994	56.147
Não Circulante	46.125	832.873

O valor a receber da empresa Libra Terminal 35 S/A em 31/12/2017, correspondia a 90,19% do valor do contas a receber e 92,30% do total de Perdas Estimadas com créditos de liquidação duvidosa. Os valores a receber decorreram do faturamento emitido conforme disposto no Contrato PRES/32.98. A Secretaria de Portos celebrou, em 02/09/2015, a prorrogação antecipada daquele contrato até 04/09/2035, unificando ao mesmo os contratos PRES/11.95 e DP/19.2000, e transferindo a titularidade à Libra Terminais S/A, conforme segundo termo aditivo ao contrato PRES/32.98, no qual também foram estipulados os novos valores do arrendamento. O litígio relativo ao débito anterior à assinatura do termo aditivo foi transferido para um procedimento de arbitragem, conforme termo de compromisso arbitral firmado em 02/09/2015 entre Secretaria de Portos, CODESP, Libra Terminal 35 S/A e Libra Terminais S/A com a intervenção da ANTAQ (vide Nota Explicativa nº 34). Em julho de 2018, o Grupo Libra entrou com pedido de recuperação judicial na Justiça do Estado de São Paulo (TJ-SP), o qual foi concedido em 27/07/2018. O pedido de recuperação judicial é da ordem de R\$ 1.800.000, sendo que desse total, cerca de 80% são créditos para instituições financeiras. O processo envolve 15 (quinze) companhias ligadas ao grupo, incluindo a Libra Terminais, que executa operações portuárias no Porto de Santos. Conforme informação do departamento jurídico, a empresa indicou apenas um crédito quirografário de R\$ 10.852 em favor da CODESP. Na demonstração financeira da CODESP relativa ao ano de 2017, o montante a receber decorrente do contrato de arrendamento, em valores não atualizados, correspondia a R\$ 1.155.089 sendo que dessa importância estava provisionado em Perdas Estimadas com Créditos de Liquidação Duvidosa, o valor de R\$ 361.565 perfazendo o valor líquido registrado no Ativo Não Circulante de R\$ 793.524. Em 2018, em decorrência do pedido de recuperação judicial efetivado pela Libra, o valor total da dívida e segundo as condições legais contidas na Lei 9430/1996, Medida Provisória 656/2014 e RIR (Regulamento do Imposto de Renda), a CODESP, em conformidade com as normas contábeis especificamente do CPC 48 - Instrumentos Financeiros considerou o valor no Contas a Receber relativa aquela arrendatária como ativo financeiro com problema de recuperação de crédito e contabilizando como perda definitiva em razão de ser incobrável.

8. CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS

O detalhamento dos créditos tributários está demonstrado no quadro abaixo:

	2018	2017
Saldo negativo de IRPJ e CSLL	49.233	3.626
Impostos retidos sobre faturamento	73	267
FGTS pago a maior	224	-
Total	49.530	3.893

O aumento no valor de Saldo Negativo de IRPJ e CSLL em 2018 se deve a consideração do saldo em aberto da Libra como perda definitiva de crédito e, portanto, dedutível.

9. PARTES RELACIONADAS

Os recursos repassados pelo Porto de Santos ao Terminal Pesqueiro de Laguna-SC, administrado pela CODESP conforme mencionado na nota explicativa nº 1, são de responsabilidade do Ministério da Infraestrutura. Como não existe a certeza do recebimento deste valor, foi constituída Perda estimada com créditos de liquidação duvidosa para este valor. Os créditos relativos aos demais órgãos se referem exclusivamente a ressarcimento de colaboradores cedidos.

	2018	2017
Ministério da Infraestrutura (líquido)	49.234	38.071
Ministério da Fazenda	23	21
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	37	7
Ministério do Trabalho e Emprego	110	104
(-) Perdas estimadas c/ créditos de liquidação duvidosa	(40.699)	(33.621)
Total	8.705	4.582

10. BENS DESTINADOS À ALIENAÇÃO

O valor corresponde aos bens baixados do ativo imobilizado são classificados no realizável a longo prazo, em razão de ser necessária a alienação dos mesmos através de leilão, cujo trâmite não permite identificar, com absoluta certeza, se o processo será realizado nos próximos doze meses e se haverá interessados na aquisição dos lotes.

11. DEPÓSITOS JUDICIAIS

Representam ativos restritos da Companhia e estão relacionados a quantias depositadas e mantidas em juízo até a solução dos respectivos litígios, conforme quadro abaixo:

	2018	2017
Detalhe		
Depósitos Recursais Cíveis	27.400	4.193
Depósitos Recursais Trabalhistas	97.240	82.327
Depósitos Recursais Tributários	2.961	2.559
Ações Regressivas Trabalhistas	4.094	-
Total	131.695	89.079

O aumento no valor dos depósitos recursais cíveis se deve a dois depósitos efetuados neste exercício: Depósito Recursal 7,4 milhões no Proc.3494/2017 3ª VFS – Intermédica; Depósito Judicial de 15 milhões referente ao Portus – Contribuição Patronal. Os depósitos recursais visam garantir o recurso de sentença e sua recuperação pode ser considerada remota.

12. IMOBILIZADO, LÍQUIDO

12.1 – COMPOSIÇÃO POR TIPO DE ATIVOS

Tipo de Ativo	Saldo em 31/12/2017	Aquisições	Baixas Líquidas	Depreciação	Transferências Líquidas	Saldo em 31/12/2018
Mobiliário em Geral	1.842	202	-	(312)	(41)	1.691
Veículos	987	11	-	(123)	-	875
Máquinas Motores e Aparelhos	8.213	131	-	(1.295)	(18)	7.031
Equipamentos Diversos	2.064	12	(1)	(214)	(7)	1.854
Outros Bens Móveis	117	-	-	(10)	-	107
Equipamentos de Informática	7.018	549	-	(1.358)	(74)	6.135
Edifícios	31.720	-	-	(1.165)	-	30.555
Instalações	512.553	4.941	-	(10.615)	242.084	748.963
Obras em Andamento	303.231	13.367	(7.292)	-	(259.268)	50.038
Bens Móveis para Fins Industriais	6.091	-	-	(526)	(437)	5.128
Bens Imóveis para Fins Industriais	33.525	-	-	(3.238)	-	30.287
Obras de Construção - (Vias de acesso Terrestre)	178.557	-	(2.593)	(10.529)	12.476	177.911
Obras de Construção - (Infraestrutura Terrestre)	21.667	-	-	(1.003)	-	20.664
Obras de Construção - (Infraestrutura Aquaviária)	42.594	-	-	-	-	42.594
Obras de Construção - (Dragagem de Aprofundamento)	51.840	-	-	-	-	51.840
Obras de Construção - (Outras Obras Portuárias)	552.705	-	-	(9.799)	4.702	547.608
Total	1.754.724	19.213	(9.886)	(40.187)	(583)	1.723.282

Tipo de Ativo	Saldo em 31/12/2016	Aquisições	Baixas Líquidas	Depreciação	Transferências Líquidas	Saldo em 31/12/2017
Mobiliário em Geral	574.345	4.970	(3.022)	(12.868)	(3.288)	560.137
Veículos	614.255	5.268	(3.209)	(13.752)	(3.619)	598.943
Máquinas Motores e Aparelhos	654.165	5.566	(3.397)	(14.637)	(3.949)	637.750
Equipamentos Diversos	694.076	5.865	(3.584)	(15.521)	(4.280)	676.556
Outros Bens Móveis	733.986	6.163	(3.771)	(16.406)	(4.610)	715.362
Equipamentos de Informática	773.896	6.462	(3.958)	(17.290)	(4.941)	754.168
Edifícios	813.806	6.760	(4.146)	(18.175)	(5.271)	792.975
Instalações	853.716	7.058	(4.333)	(19.059)	(5.602)	831.781
Terrenos Desapropriação	933.537	7.655	(4.708)	(20.828)	(6.263)	909.394
Bens Móveis para Fins Industriais	973.447	7.954	(4.895)	(21.713)	(6.594)	948.200
Bens Imóveis para Fins Industriais	1.013.357	8.252	(5.082)	(22.597)	(6.924)	987.006
Obras de Construção - (Vias de acesso Terrestre)	1.053.267	8.550	(5.270)	(23.481)	(7.255)	1.025.812
Obras de Construção - (Infraestrutura Terrestre)	1.093.178	8.849	(5.457)	(24.366)	(7.585)	1.064.619
Obras de Construção - (Infraestrutura Aquaviária)	1.133.088	9.147	(5.644)	(25.250)	(7.916)	1.103.425
Obras de Construção - (Dragagem de Aprofundamento)	1.172.998	9.446	(5.832)	(26.135)	(8.246)	1.142.321
Obras de Construção - (Outras Obras Portuárias)	1.212.908	9.744	(6.019)	(27.019)	(8.577)	1.181.038
Total	1.709.733	85.169	(366)	(39.686)	(126)	1.754.724

12.2 – POR TEMPO DE VIDA ÚTIL ESTIMADA

Vida útil Estimada	Custo	Depreciação Acumulada	Saldo em 31/12/2018
Até 5 anos (*)	204.788	(35.801)	168.987
6 - 10 anos	43.496	(27.838)	15.658
11 - 15 anos	100.032	(69.199)	30.833
16 - 20 anos	325.864	(121.147)	204.717
21 - 25 anos	22.327	(15.850)	6.477
26 - 30 anos	68.265	(50.036)	18.229
31 anos em diante	1.482.250	(203.869)	1.278.381
Total	2.247.022	(523.740)	1.723.282

(*) Incluso o montante R\$ 162.047 não depreciável.

13. INTANGÍVEL

O valor de R\$ 10.579 (R\$ R\$ 14.785 em 2017) refere-se a licenças de softwares adquiridas e capitalizadas com base nos custos incorridos. Esses custos estão sendo amortizados pela vida útil estimada de até dez anos.

14. SEGUROS

Os valores segurados são determinados e contratados em bases técnicas que se estimam suficientes para cobertura de eventuais perdas decorrentes de sinistros com bens do ativo imobilizado da CODESP e com os bens da UNIÃO sob uso e guarda desta Companhia, e foram contratados para o período de 01-05-18 a 01-05-19.

A apólice de riscos operacionais tem cobertura contra danos materiais a bens móveis e imóveis da empresa e dos bens da União dos quais tem uso e guarda, abrangendo acidentes de natureza súbita e imprevisível. Esta cobertura não contempla os bens móveis e imóveis localizados nas áreas arrendadas, cuja responsabilidade do seguro é exclusiva do arrendatário. A apólice de responsabilidade civil tem a cobertura de danos causados a terceiros em decorrência das atividades desenvolvidas no cumprimento das obrigações da autoridade portuária, previstas na lei 12.815, de 05/06/2013.

	2018	2017
Riscos operacionais	425.844	422.357
Automóveis	4.249	4.249
Responsabilidade civil	30.500	30.500

15. SALÁRIOS, PROVISÃO E ENCARGOS SOCIAIS.

	2018	2017
Salários a pagar	11.446	11.316
Provisão de férias	38.658	33.243
Encargos sociais	7.711	7.721
Participação no Resultado 2017	119	714
Total	57.934	52.994

A participação no resultado de 2017 refere-se à Remuneração Variável dos Administradores 2017.

16. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

	2018	2017
Imposto sobre circulação de mercadorias- ICMS	420	499
Retenção de tributos federais- Lei 10.833/03	994	1.946
Retenção para seguridade social – INSS	579	932
Imposto de renda retido na fonte – IRRF	8.906	8.476
Programa de integração social – PIS	1.326	1.182
Contribuição financiamento seguridade social–COFINS	6.230	5.542
Imposto sobre serviços – ISS	1.088	1.159
Imposto de Renda e Contribuição Social	5.886	-
Total – Circulante	25.429	19.736

17. PROVISÃO PARA RISCOS TRABALHISTAS, CÍVEIS E TRIBUTÁRIOS.

A Companhia é parte em ações judiciais, decorrentes do curso normal das suas operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas e cíveis. Atualmente a empresa não possui riscos relevantes tributários e, por esta razão, não possui provisão tributária. Com base em informações do departamento jurídico é efetuada uma análise das demandas judiciais pendentes e constitui provisão em montante para cobrir as perdas esperadas com as ações em curso.

Movimentação das Provisões	Provisões Trabalhistas	Provisões Cíveis	TOTAL
Saldo em 31/12/2016	194.924	193.637	388.561
(+) Adições	20.475	65.142	85.617
(-) Reversão e baixas	(65.202)	(76.942)	(142.144)
Saldo em 31/12/2017	150.197	181.837	332.034
(+) Adições	65.682	28.669	94.351
(-) Reversão e baixas	(6.894)	(30.164)	(37.058)
Saldo em 31/12/2018	208.985	180.342	389.327
Circulante	185.654	99.675	285.329
Não Circulante	23.331	80.667	103.998

Provisões trabalhistas

Refere-se às estimativas para os processos judiciais trabalhistas de diversas naturezas, cuja probabilidade de desfecho é considerada de perda provável pelo departamento jurídico.

Provisões cíveis

Refere-se basicamente a ações judiciais com pleito de atualização monetária e juros por pagamentos efetuados com atraso, ações judiciais de indenizações e lucros cessantes.

Provisões Tributárias

A empresa não se utiliza de recursos jurídicos para recolher os tributos de forma diferenciada do previsto na legislação. Portanto, não existem fatos geradores que ensejam a constituição de provisão para contingências de recolhimentos efetuados em desacordo com a legislação. A exceção ao mencionado é em relação ao Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU, que as Prefeituras Municipais de Santos e Guarujá entendem incidir sobre os imóveis utilizados no Porto de Santos, de propriedade da União, e que não estão registradas no ativo imobilizado da CODESP.

Considerando os julgamentos pelo E. Supremo Tribunal Federal (processos nº 3029/95, 4099/94, 1982/04, 7099/92, 5787/95 e 5765/95) através da 1ª e 2ª Turmas que reconheceram a não incidência do IPTU sobre os imóveis da União, administrados pela CODESP, entendimento este confirmado mediante o julgamento pelo Pleno (Recurso Extraordinário 253472), e conforme parecer dos nossos advogados é desnecessária a constituição de provisão.

Passivos contingentes

Em 31/12/2018, o montante estimado para processos judiciais, cujas probabilidades de perdas foram avaliadas como possíveis pelos advogados da empresa, representativos de contingências passivas relacionadas a questões trabalhistas foi de R\$ 130.237 (R\$ 281.730 em 2017) e para processos cíveis R\$ 39.198 (R\$ 39.940 em 2017).

18. PLANO DE PENSÃO

A Companhia é patrocinadora, juntamente com outras empresas do sistema portuário nacional, de plano de suplementação de aposentadoria e outros benefícios de risco a funcionários, através do PORTUS – Instituto de Seguridade Social, entidade fechada de previdência privada, fiscalizada pela Secretaria de Previdência Complementar do Ministério da Previdência e Assistência Social. No atual plano de benefício definido, a aposentadoria é calculada pela diferença de (i) 80% do salário médio de participação dos últimos 12 (doze) meses indexados à variação do INPC até a data do início do benefício e (ii) o valor dos benefícios fornecidos pelo sistema oficial de previdência social. O salário de participação é limitado a 3 (três) vezes o limite máximo do salário de contribuição da Previdência Oficial. A responsabilidade da patrocinadora CODESP, incluindo o déficit atuarial conforme cálculo efetuado por empresa contratada pelo PORTUS para execução dos serviços de avaliação atuarial é de R\$ 1.276.789 (R\$ 1.724.967 em 2017), valor esse não reconhecido pela CODESP, motivo pelo qual a questão está judicializada. A redução do valor acima apontado, conforme explicação por escrito do Portus provém em quase sua totalidade, do efeito nos valores das provisões matemáticas avaliadas em 31/12/2018 considerando o ajuste no Plano de Custeio do PBP1, que passou a vigorar a partir de 01/04/2018, cujos repasses não ocorreram em função de limitares concedidas aos representantes dos participantes e a quitação da dívida de RTSA pela CODESP. As contribuições da empresa com base na folha salarial, referentes ao exercício de 2018, foram no montante de R\$ 16.674 (R\$ 18.350 em 2017).

Por iniciativa dos representantes das Patrocinadoras, dos Participantes e Assistedos do Instituto de Seguridade, foi realizada avaliação atuarial de segunda opinião pela consultoria Rodarte Nogueira & Ferreira referente aos valores das Provisões Matemáticas calculadas pelo PORTUS em 31.12.2017. A divergência entre os valores foi de apenas 0,74% a menor do que o contabilizado e concluiu pela razoabilidade dos resultados apresentados na avaliação original. Considerando a necessidade das Patrocinadoras como dos Participantes e Assistedos de encontrar uma solução para o impasse e que viabilize a continuidade do plano com seu equacionamento, foi desenvolvida modelagem para alcançar a solvência e liquidez daquele Instituto. A proposta de forma geral apresentada pela Rodarte Nogueira & Ferreira engloba a participação das Patrocinadoras em razão de dívidas e da Reserva de Tempo de Serviço Anterior - RTSA, bem como, do Governo Federal pela extinção da PORTOBRÁS sem o aporte de recursos devidos ao PBP1 para a cobertura dos benefícios dos participantes. A contribuição dos participantes e assistidos foi definida mediante a redução de 16% dos benefícios concedidos e a conceder. Esta proposta foi aceita pelas patrocinadoras, participantes ativos e assistidos e foi encaminhada para o Ministério da Infraestrutura para que se obtenha um acordo geral com a União, juntamente com a Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC e Advocacia Geral da União - AGU. Com estas bases principais servindo de amparo, estão em tratativas para a celebração de acordo entre as partes e que permeiam o pedido de intervenção do Ministério para que possa requisitar a instauração de procedimento de conciliação no âmbito da Câmara de Conciliação e Arbitragem da Administração Federal – CCAF, a fim de obter ambiente favorável à negociação entre todas as partes.

19. OBRAS EFETUADAS POR ARRENDATÁRIOS

A empresa mantém contratos de arrendamentos, oriundos de processos licitatórios, de áreas e/ou instalações localizadas dentro do porto organizado, com disponibilização de infraestrutura mínima de acordo com a localização, definidas por configurações denominadas de "sítio padrão", conforme a seguir descritas:

- a) **Sítio de Cais:** plana, terraplenada (independente da resistência do solo), desimpedida, com profundidade adequada na região contígua ao estuário, com berço disponível em termos de obras civis (na sua forma mais econômica, porém operacional);
- b) **Sítio de Retro Área:** plana, terraplenada, desimpedida, com acesso rodoviário pavimentado.

Nos contratos cujas áreas existam investimentos negativos, ou seja, necessidade de investimentos para que se atinjam as condições mínimas exigidas nas regras descritas no "Sítio Padrão", tais como aterros, recuperação do solo e construção de berços, os valores dessas obras, a serem realizadas pelo arrendatário, serão ressarcidos pela administração portuária, de acordo com o disposto nos respectivos contratos de arrendamento, no período do prazo contratual remanescente, a contar da data do aceite das obras, em parcelas mensais reajustadas.

A composição do débito está demonstrada no quadro abaixo:

Arrendatário	Desembolso até	Índice	2018	2017
Brasil Tem. Portuário S.A	30/01/2027	IGP-M	121.793	122.534
Ecoporto Santos S/A	30/06/2023	TJLP	9.561	10.928
Total			131.354	133.462
Circulante			17.192	15.477
Não Circulante			114.162	117.985

20. CRÉDITOS DA UNIÃO PARA AUMENTO DE CAPITAL

A União destina recursos ao programa de investimentos no Porto de Santos, com a contrapartida de crédito para aumento de capital. Os recursos recebidos pela CODESP, enquanto não capitalizados, sofrem a incidência de encargos financeiros com base na variação da taxa SELIC, conforme previsto no decreto 2.673/98.

	2018	2017
Saldo em 1º de janeiro	719.614	586.847
Aumento de capital no exercício	-	-
Créditos da UNIÃO no exercício	24.750	72.087
Encargos financeiros – Decreto 2673/98	47.351	60.680
Saldo em 31 de dezembro	791.715	719.614

21. RECEITA DIFERIDA

Os contratos de arrendamentos assinados com a Administração Portuária envolvem pagamentos parciais feitos antecipadamente, que são reconhecidos em base linear durante a vigência do contrato de arrendamento mercantil, conforme item 50 do CPQ 06. Os contratos com receita diferida são PRES.69/1997, DP-DC.02/2009, DP-DC.01/2010 e DIPRE.45/2016. No resultado do exercício foi reconhecido à receita a importância de R\$ 25.556 (R\$ 25.404 em 2017), conforme composição abaixo:

	PRES.69/1997	DP-DC.02/09	DP-DC.01/10	DIPRE.45/16	TOTAL
Saldo 31/12/2016	30.183	157.523	192.113	3.807	383.626
Receita diferida no período	-	-	2.586	-	2.586
Apropriações no período	(5.101)	(8.751)	(10.674)	(878)	(25.404)
Saldo em 31/12/2017	25.082	148.772	184.025	2.929	360.808
Receita diferida no período	-	-	2.434	-	2.434
Apropriações no período	(5.101)	(8.751)	(10.826)	(878)	(25.556)
Saldo em 31/12/2018	19.981	140.021	175.633	2.051	337.686

22. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Capital Social Realizado

O Capital Social em 31 de dezembro de 2018 era representado por 136.882.858.511 ações ordinárias e

28. RESULTADO FINANCEIRO

	2018	2017
Receitas Financeiras		
Juros e variação monetária	14.891	11.396
Rendimentos de aplicações financeiras	11.206	15.005
Outras	1.088	1.225
Subtotal	27.185	27.626
Despesas Financeiras		
Variação monetária e cambial	(49.328)	-
Juros pagos ou incorridos	(14.464)	(62.846)
Subtotal	(63.792)	(62.846)
Resultado Financeiro, líquido	(36.607)	(35.220)

O valor referente a juros pagos e incorridos são relativos à correção de dívidas junto ao Plano de Pensão dos empregados (RTSA), adiantamento para futuro aumento de capital e outros passivos da empresa.

29. OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

	2018	2017
Reversão de provisões	363.061	125.786
Venda de ativo imobilizado	2.114	813
Cessão do direito operacional da folha de pagamento	878	-
Diversas	515	9.201
Total	366.568	136.678

O aumento na Reversão de provisões se deve a perda definitiva dos créditos da Libra (Nota 7)

30. OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

	2018	2017
Perda Definitiva de Clientes	1.155.090	-
Provisão por insuficiência atuarial - Plano de pensão	-	3.263
Provisão para riscos trabalhistas, cíveis e tributários	58.788	-
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	7.078	5.430
Outras	13.364	5.681
Total	1.234.320	14.374

31. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

31.1 Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos

A apuração do imposto de renda e contribuição social diferido, de acordo com as IAS 12 (norma internacional de contabilidade) e o CPC 32 (norma correspondente no Brasil), tem como objetivo preservar o tratamento contábil a ser dado ao imposto sobre lucros, tendo em vista que o principal problema que se apresenta ao contabilizar é a forma de tratar as consequências atuais e futuras. Segundo o princípio contábil da competência, se a contabilidade já reconheceu uma receita ou lucro, tal despesa de Imposto de Renda (IR) deve ser reconhecida nesse mesmo período, mesmo que tais receitas e lucros tenham a sua tributação diferida para efeitos fiscais.

O Imposto de Renda diferido ocorre quando determinados custos ou despesas, que já foram contabilizados no exercício, são dedutíveis para fins de imposto de renda, apenas em exercícios posteriores, quando efetivamente forem confirmados ou pagos, chamados de temporários. As diferenças temporárias surgem quando se inclui receitas ou despesas no resultado contábil em um período e a tributação dessas despesas são incluídas em período diferente, ou seja, há diferença entre o lucro contábil e o lucro fiscal que é utilizado para calcular o Imposto de Renda. O Imposto de Renda passivo é reconhecido sobre diferenças que resultarem em valores que serão dedutíveis ou prejuízos a compensar posteriormente, em relação às diferenças tributáveis temporárias.

A provisão do Imposto de Renda sobre os lucros diferidos não é despesa incorrida, ou seja, não se trata de obrigação tributária. Se a pessoa jurídica sofrer prejuízo fiscal nos períodos-base subsequentes, os lucros diferidos poderão ser compensados com o prejuízo fiscal e a provisão será revertida para lucros acumulados. No Brasil, o tratamento dos ativos e passivos fiscais diferidos, além do Imposto de Renda, também deve ser aplicado em relação à Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido (CSLL) que também é calculada a partir do lucro contábil das empresas.

Os valores de Imposto de Renda Pessoa Jurídica – IRPJ e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL diferidos foram calculados à alíquota de 34%. Na CODESP, a base do IRPJ e CSLL diferidos são formadas, principalmente, por Provisões trabalhistas, cíveis, créditos de liquidação duvidosa, prejuízos fiscais e bases negativas de CSLL de períodos anteriores. Esses valores estão registrados no ativo não circulante, conforme regulamentação do CPC 26 – Apresentação das Demonstrações Contábeis. A Administração, com base em suas projeções de lucros tributáveis futuros, estima que os créditos tributários registrados sejam realizados. A origem dos impostos diferidos está detalhada no quadro abaixo:

31/12/2017				
DETALHAMENTO	VALOR	IRPJ - 25%	CSLL - 9%	ATIVO DIFERIDO
PROV.TRABALHISTA	150.197	37.549	13.518	51.067
PROV.CÍVEL	181.837	45.459	16.365	61.824
CRED.LIQ.DUVIDOSA	391.715	97.929	35.254	133.183
BASE NEGATIVA CSLL	71.157	-	6.405	6.405
PREJ.FISCAL IRPJ	72.549	18.137	-	18.137
TOTAL	867.455	199.074	71.542	270.616
31/12/2018				
DETALHAMENTO	VALOR	IRPJ - 25%	CSLL - 9%	ATIVO DIFERIDO
PROV.TRABALHISTA	208.985	52.246	18.809	71.055
PROV.CÍVEL	180.341	45.085	16.231	61.316
CRED.LIQ.DUVIDOSA	30.150	7.537	2.714	10.251
BASE NEGATIVA CSLL	1.017.163	-	91.545	91.545
PREJ.FISCAL IRPJ	1.019.897	254.974	-	254.974
TOTAL	2.456.536	359.842	129.299	489.141

31.2 Reconciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social

	2.018	2.017
Reconciliação da despesa de IR e CSLL e taxa efetiva		
Lucro Antes do Imposto de Renda	(687.249)	39.301
34% alíquota oficial de Imposto de Renda e CSLL (Adições) e exclusões permanentes	233.665	(13.362)
Incentivos fiscais	-	107
Outras exclusões permanentes	-	24
Plano de pensão e benefícios pós-emprego	(2.515)	(3.728)
Encargos de depreciação - IPC/BTNF	(121)	(125)
Outras adições permanentes	(12.521)	(605)

	2018	2017
Imposto de Renda contabilizado	218.525	5.132
Tributos sobre o lucro contabilizados:		
Imposto de renda corrente	-	-
Contribuição social corrente	-	-
Imposto de renda diferido no ano	218.525	5.132
Imposto de renda diferido de exercícios anteriores	-	-
Total	218.525	5.132
Taxa efetiva de tributos sobre o lucro	31,80%	13,06%

32. PARTICIPAÇÃO DOS EMPREGADOS NO RESULTADO

A empresa reconhece a participação nos resultados com base no lucro atribuível aos acionistas, vinculada ao alcance de metas operacionais e objetivos específicos, estabelecidos e aprovados no início de cada exercício.

33. REMUNERAÇÃO PAGA A ADMINISTRADORES E EMPREGADOS

As remunerações mensais (base: dezembro/2018) pagas pela Empresa aos seus dirigentes e funcionários, incluídas todas as vantagens e benefícios efetivamente percebidos, foram:

	em reais
ADMINISTRADORES	
- maior remuneração	37.487,01
EMPREGADOS	
- maior remuneração	39.291,22
- menor remuneração	1.365,45
- salário médio	12.766,29

34. EVENTOS SUBSEQUENTES

Em 07/01/2019 o Centro de Arbitragem e Mediação Brasil-Canadá (CAM-CCBC) no procedimento arbitral nº78/2016/SEC7 decidiu por unanimidade a condenação solidária das Requerentes (Grupo Libra) a arcar com a totalidade dos valores devidos pelo Contrato de Arrendamento 32/98, corrigidos monetariamente pela TR e acrescidos de mora de 1% ao mês, desde a data do vencimento de cada fatura até a do efetivo pagamento integral, abatidos os pagamentos parciais realizados (em tesouraria ou mediante depósitos judiciais levantados pela CODESP), na forma legal, acrescidos de 2% de multa pela inadimplência. Na sentença todos os pedidos do Grupo Libra foram julgados improcedentes e os da CODESP julgados procedentes com exceção do pedido de lucros cessantes.

O valor da condenação pelos cálculos efetuados pela CODESP é de aproximadamente R\$ 3.300.000 tendo como base dezembro de 2018, nos termos fixados na sentença arbitral parcial. A alocação final do valor da sentença e dos custos da arbitragem será decidida por ocasião da Sentença Arbitral Final.

Quanto ao valor da sentença, a companhia está aguardando a Sentença Arbitral Final, prevista para setembro de 2019, que definirá o montante exato da decisão e se este valor será incorporado à recuperação judicial, conforme está requerendo o Grupo Libra ou prevalecerá o despacho do Juiz de que este valor não deve fazer parte do crédito da referida recuperação judicial. Independentemente do resultado final, a CODESP decidiu considerar todo o crédito da Libra como perda definitiva. (Vide nota Explicativa 07).

Cópia integral da sentença parcial encontra-se disponível no link: https://www.agu.gov.br/page/content/detail/id_conteudo/643200

CASEMIRO TÉRCIO DOS REIS LIMA CARVALHO	
Diretor Presidente	
CASEMIRO TÉRCIO DOS REIS LIMA CARVALHO	MARCELO RIBEIRO DE SOUZA
Diretor Administrativo e Financeiro	Diretor de Operações Logísticas
(em substituição)	
DANILO DE MORAIS VERAS	JENNYFER TSAI
Diretor de Relações com o Mercado e Comunidade	Diretora de Engenharia
EUGÊNIO DE CARVALHO	PÉRSIO BELLUOMINI MORAES
Superintendente Financeiro	Gerente de Contabilidade

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos acionistas e Conselheiros e Administradores da **COMPANHIA DOCAS DO ESTADO DE SÃO PAULO – CODESP**
CNPJ Nº 44.837.524/0001-07
Santos (SP)

OPINIÃO COM RESSALVA

Examinamos as demonstrações contábeis da Companhia Docas do Estado de São Paulo – CODESP que compreendem o balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2018, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos dos assuntos descritos na seção a seguir intitulada **"Base para opinião com ressalva"**, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia Docas do Estado de São Paulo – CODESP, em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

BASE PARA OPINIÃO COM RESSALVA

1) Conforme Nota Explicativa nº 18, a Companhia é patrocinadora, juntamente com outras companhias do sistema portuário nacional, de plano de suplementação de aposentadoria e outros benefícios de risco a funcionários, através do PORTUS – Instituto de Seguridade Social, entidade fechada de previdência privada, fiscalizada pela Secretaria de Previdência Complementar do Ministério da Previdência e Assistência Social. No atual plano de benefício definido, a aposentadoria é calculada pela diferença de (i) 80% do salário médio de participação dos últimos 12 (doze) meses indexados à variação do INPC até a data do início do benefício e (ii) o valor dos benefícios fornecidos pelo sistema oficial de previdência social. O salário de participação é limitado a 3 (três) vezes o limite máximo do salário de contribuição da Previdência Oficial. A responsabilidade da patrocinadora CODESP, incluindo o déficit atuarial conforme cálculo efetuado por companhia contratada pelo PORTUS para execução dos serviços de avaliação atuarial é de R\$ 1.276.789 (R\$ 1.724.967 em 2017), valor esse não reconhecido pela CODESP, motivo pelo qual a questão está judicializada. As contribuições da companhia com base na folha salarial, referentes ao exercício de 2018, foram no montante de R\$ 16.674.187 mil (R\$ 18.349.651 mil em 2017).

Considerando que a companhia é patrocinadora desse plano de pensão multipatrocinado de benefício definido e que os fatos e eventos em controvérsia existentes entre as partes e as discrepâncias de valores e de critérios utilizados para apuração dos dados apresentados pelas consultorias contratadas pelas partes, o **valor do déficit atuarial declarado pelo PORTUS não está quantificado** nas demonstrações financeiras.

2) A companhia não efetuou o teste de "impairment" para avaliar a recuperabilidade de seus ativos, conforme determinam as NBC's TG 01 e 27. Não há, por outro lado, evidência de que a companhia tenha feito uma análise de perda por recuperabilidade nos últimos dois anos.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia Docas do Estado de São Paulo – CODESP, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

OUTRAS INFORMAÇÕES QUE ACOMPANHAM AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E O RELATÓRIO DO AUDITOR

A administração da companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante.

Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração somos requeridos a comunicar esse fato.

PRINCIPAIS ASSUNTOS DE AUDITORIA

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Além do assunto descrito na seção "Base para opinião com ressalva", determinamos que os assuntos descritos abaixo sejam os principais assuntos de auditoria a serem comunicados em nosso relatório.

- Conforme descrito na seção "Base para opinião com ressalva" acima e na Nota Explicativa nº 18, existe uma demanda judicial entre a Companhia Docas do Estado de São Paulo – CODESP e a PORTUS – Instituto de Seguridade Social.
- A companhia não efetuou o teste de "impairment" para avaliar a recuperabilidade de seus ativos, conforme determinam as NBC's TG 01 e 27.
Embora a companhia não tenha feito uma análise sistematizada para avaliar eventuais perdas por recuperabilidade de seus ativos nos últimos anos, a administração tem baixado, anualmente, os ativos não recuperáveis e não há evidência de que existam ativos registrados em valores maiores que os de mercado.
- A companhia baixou o total de seus créditos com a LIBRA contra resultados. A Secretaria de Portos havia celebrado, em 02/09/2015, a prorrogação antecipada do contrato com a LIBRA até 04/09/2035, unificando ao mesmo os contratos PRES/11.95 e DP/19.2000, e transferindo a titularidade à Libra Terminais S/A, conforme segundo termo aditivo ao contrato PRES/32.98, no qual também foram estipulados os novos valores do arrendamento.

O litígio relativo ao débito anterior à assinatura do termo aditivo foi transferido para um procedimento de arbitragem, conforme termo de compromisso arbitral firmado em 02/09/2015 entre Secretaria de Portos, CODESP, Libra Terminal 35 S/A e Libra Terminais S/A com a intervenção da ANTAQ. Em julho de 2018, o Grupo Libra entrou com pedido de recuperação judicial na Justiça do Estado de São Paulo (TJ-SP), o qual foi concedido em 27/07/2018. O pedido de recuperação judicial é da ordem de R\$ 1.800.000, sendo que desse total, cerca de 80% são créditos para instituições financeiras. O processo envolve 15 (quinze) companhias ligadas ao grupo, incluindo a Libra Terminais, que executa operações portuárias no Porto de Santos. Conforme informação do departamento jurídico daquela empresa indicou apenas um crédito girográfico de R\$ 10.852 em favor da CODESP. Na demonstração financeira da CODESP relativa ao ano de 2017, o montante a receber decorrente do contrato de arrendamento, em valores não atualizados, correspondia a R\$ 1.155.089, sendo que dessa importância estava provisionado em Perdas Estimadas com Créditos de Liquidação Duvidosa, o valor de R\$ 361.565 perfazendo o valor líquido registrado no Ativo Não Circulante de R\$ 793.524. Em decorrência do pedido de recuperação judicial efetivado pela Libra, a administração da CODESP resolveu levar todo o saldo do crédito com a LIBRA que ainda não estava provisionado e estava em aberto no Contas a Receber da companhia, para o resultado, como perda.

RESPONSABILIDADE DA ADMINISTRAÇÃO E DA GOVERNANÇA PELAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia Docas do Estado de São Paulo - CODESP continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia Docas do Estado de São Paulo - CODESP ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia Docas do Estado de São Paulo - CODESP são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

RESPONSABILIDADE DO AUDITOR PELA AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião.

Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantivemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia Docas do Estado de São Paulo - CODESP.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia Docas do Estado de São Paulo - CODESP. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia Docas do Estado de São Paulo - CODESP a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria.

Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deva ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

OUTROS ASSUNTOS

- Examinamos a Demonstração do Valor Adicionado – DVA, levantada em 31/12/2018, elaborada sob a responsabilidade da administração da companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas e equiparadas, por ser de grande porte, nos termos da lei nº 11.638/2007 e considerada como informação suplementar pelo padrão IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essa informação foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião está adequadamente apresentada em seus aspectos relevantes, em relação às Demonstrações Contábeis quando tomadas em conjunto.
- Examinamos, também, o Balanço Social, contendo informações de natureza social e ambiental relativas ao exercício findo em 31/12/2018, elaborado sob a responsabilidade da administração da companhia, cuja apresentação é opcional e não requerida pela legislação societária brasileira e, portanto, considerada como informação suplementar pelo padrão dos IFRS, que não requerem a sua apresentação. Essa demonstração foi submetida a procedimentos adicionais de auditoria elencados na NBC TA 805 e em nossa opinião está adequadamente apresentada, em seus aspectos relevantes, em relação às Demonstrações Contábeis quando tomadas em conjunto.
- As demonstrações Contábeis do exercício encerrado em 31/12/2017 foram auditadas por nossa firma de auditoria, em 16 de fevereiro de 2018, cujo relatório continha ressalva.

Ribeirão Preto (SP), 22 de fevereiro de 2019.

AGUIAR FERES Auditores Independentes S/S

CRC-2SP022486/O-4 CVDM – 9555

Tanagildo Aguiar Feres

Contador - CRC15P067138/O-0

PARECER CONSAD Nº 002.2019

O **CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO** da **COMPANHIA DOCAS DO ESTADO DE SÃO PAULO – CODESP**, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, decide aprovar o Relatório da Administração referente ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018, com as devidas alterações conforme registrado na Ata 555ª, desta data, recomendando o seu encaminhamento à Assembleia Geral dos Acionistas.

Santos, 11 de março de 2019.

Ogarito Borgias Linhares
PRESIDENTE

Marcio Calves
CONSELHEIRO

Maria da Gloria Felgueiras Nicolau
CONSELHEIRA

João Bosco Camargo de Souza
CONSELHEIRO

Hélio Marques Azevedo
CONSELHEIRO

PARECER CONSAD Nº 001.2019

O **CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO** da **COMPANHIA DOCAS DO ESTADO DE SÃO PAULO - CODESP**, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, decide aprovar as Demonstrações Financeiras referente ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018, bem como o Orçamento plurianual de capital, com recursos próprios, dos exercícios de 2019 a 2022, com valor estimado de R\$ 162.338.894,00 (cento e sessenta e dois milhões e trezentos e trinta e oito mil e oitocentos e noventa e quatro reais), recomendando o encaminhamento à Assembleia Geral dos Acionistas, com a seguinte ressalva: que a opção de considerar a dívida do Grupo Libra como perda, ao invés de Provisão para Devedores Duvidosos foi da Diretoria Executiva, conforme registrada na Ata 1916ª, datada de 01/03/2019. Segundo as informações recebidas da Auditoria Independente e do setor Contábil da Codesp, qualquer uma das opções resultaria em resultado contábil final da mesma ordem.

Santos, 11 de março de 2019.

Ogarito Borgias Linhares
PRESIDENTE

Marcio Calves
CONSELHEIRO

Maria da Gloria Felgueiras Nicolau
CONSELHEIRA

João Bosco Camargo de Souza
CONSELHEIRO

Hélio Marques Azevedo
CONSELHEIRO

PARECER CONFIS Nº 001.2019

O **CONSELHO FISCAL** da **COMPANHIA DOCAS DO ESTADO DE SÃO PAULO - CODESP**, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, examinou o Relatório da Administração, bem como o Balanço Patrimonial e demais Demonstrações Contábeis da Sociedade relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018, à vista da Nota Técnica da Auditoria Interna nº 001.2019, bem como o Parecer da **AGUIAR FERES - Auditores Independentes S/S**, de 22.02.2019, cujos pontos ressaltados e/ou enfatizados no âmbito de cada um dos referidos documentos estão contidos na Nota Explicativa nº 18 e na ausência de teste de "impairment" conforme determina NBC's TG 01 e 27.

Ressalva ainda a ausência de ressarcimento do pagamento efetuado sem base em nenhum documento legal, à empresa **DOMAIN CONSULTORES ASSOCIADOS EM INFORMÁTICA - EPP**, no valor de R\$ 1.209.689,34 (um milhão e duzentos e nove mil e seiscentos e oitenta e nove reais e trinta e quatro centavos), e registra que o assunto foi ressaltado nos exercícios anteriores.

Opina favoravelmente à aprovação das referidas propostas a serem submetidas à discussão e votação na Assembleia Geral de Acionistas.

Tomou, ainda, conhecimento da seguinte proposição:

Orçamento plurianual de capital, com recursos próprios, dos exercícios de 2019 a 2022, com valor estimado de R\$ 162.338.894,00 (cento e sessenta e dois milhões e trezentos e trinta e oito mil e oitocentos e noventa e quatro reais), Adicionalmente, por unanimidade, manifesta-se favoravelmente à submissão da proposta contida no item acima mencionado à Assembleia Geral de acionistas, na forma apresentada pelo Conselho de Administração.

Santos, 11 de março de 2019.

Fabiana Vieira Lima
PRESIDENTE

Maria da Conceição Campos Cei
CONSELHEIRA

Fernanda Barbosa Garcia
CONSELHEIRA